



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO: TC-25538/989/20-3**

**MUNICÍPIO: MONTE MOR**

**PREFEITO: THIAGO GIATTI ASSIS**

**EXERCÍCIO: 2018**

**MATÉRIA EM ANÁLISE:** PEDIDO DE REEXAME – PARECER SEGUNDA CÂMARA, EM SESSÃO DE 01/09/2020, PUBLICADO NO DOE DE 09/10/2020 - PROCESSO CONTAS MUNICIPAIS DE 2018: **eTC-4546/989/18-7**

Senhora Assessora Procuradora Chefe:

Tratam os autos de PEDIDO DE REEXAME interposto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, em face da Decisão da Segunda Câmara, de 01/09/2020, a qual decidiu pela emissão de Parecer Prévio Desfavorável à aprovação das Contas daquele Executivo Municipal (Evento 214 – eTC-4546/989/18-7). O Parecer foi publicado no DOE em 09/10/2020 (Evento 224 – eTC-4546/989/18-7).

A motivação para a desaprovação dos demonstrativos está assentada no desequilíbrio fiscal, sendo 2018 o sexto ano consecutivo com resultado orçamentário deficitário, com repercussão no resultado financeiro negativo, agravado pela falta de liquidez para honrar os compromissos de curto prazo, bem como pelo aumento da dívida de longo prazo, inadimplência no recolhimento dos encargos sociais devidos ao RPPS (parte patronal), e o não pagamento de precatórios judiciais devidos no exercício, somados a diversas falhas no setor de planejamento e nas demais peças orçamentárias.

Feitas essas considerações iniciais passo a discorrer sobre o mérito do pedido, analisando os pontos atrelados a questões econômico-financeiras.

As peças demostraram déficit orçamentário de 3,76%, na ordem de R\$ 7.187.550,53, situação que foi motivo de alerta por 10 (dez)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

vezes, nos termos do art. 59, § 1º, inciso I da LRF, sem a devida contenção de gastos não obrigatório e adiável.

O resultado orçamentário contribuiu para elevar a negatividade financeira em 26,79%, alcançando em 2018 o valor (retificado) deficitário de R\$ 33.019.495,56, cujo montante equivale a aproximadamente 65 dias de arrecadação<sup>1</sup>, e fora, portanto, do patamar tolerado pela jurisprudência dessa Corte, dado que representa mais de um mês da Receita Corrente Líquida (R\$ 187.219.871,38)<sup>2</sup>.

Em desfavor das contas, e na esteira dos resultados mencionados, também restou apurada a insuficiência de disponibilidade financeira para cobertura da dívida de curto prazo, onde verificou-se um índice liquidez imediata de R\$ 0,56, ou seja, para cada 1 (um) real de dívidas o Município teria 0,56 (cinquenta e seis) centavos para honrar.

Por outra perspectiva, ainda se observou uma piora na dívida de longo prazo, que após ajustes da instrução, experimentou um aumento de 59,56% em 2018 (R\$ 78.315.879,75), quando comparada com o registrado em 2017 (R\$ 46.643.106,22).

Ademais, além da constatação de que o Balanço Patrimonial não registra corretamente as pendências judiciais, também restou demonstrado que a Administração não recolheu o valor devido no exercício, a título de precatórios, o que ensejou o DEPRE a determinar o sequestro de R\$1.838.309,76, atrelado ao valor de R\$1.750.786,31, cujo montante correspondente a 1% da Receita Corrente Líquida do ente, conforme dita o Regime Especial no qual se enquadrava o município em 2018<sup>3</sup>.

Militou ainda contra as contas o não recolhimento de encargos da Contribuição Patronal relativa ao período de 01/2018 a 12/2018, incluindo a parcela referente ao 13º salário do RPPS, fato que culminou com a celebração do acordo CADPREV nº 267/2019.

A recorrente, por sua vez, quanto à situação dos precatórios informa que “(...) Segundo o Termo de Compromisso assinado em 10/09/2019,

<sup>1</sup> RCL = R\$ 187.219.871,38 / 12 = R\$ 15.601.655,95 / 30 = R\$ 520.055,20; R\$ 33.019.495,56 = **63,49 dias**.

<sup>2</sup> Relatório de Análises Anuais Eletrônicas – fls. 24 – Evento 133.5 (Doc. 04)

<sup>3</sup> Despacho DEPRE (Doc. 09) - Evento 133.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

foi celebrado o parcelamento em 63 parcelas mensais, a partir de setembro de 2019, mediante depósito na conta vinculada ao TJSP, para pagamento de precatórios (Processo DEPRE nº 9000249-25.2015.8.26.0500/03) (doc. anexo) Ou seja, a partir do mês de setembro de 2019 a Prefeitura iniciou os depósitos correspondentes ao percentual de 1% da RCL, cuja alíquota foi estabelecida a partir de janeiro de 2019 pelo E. TJSP. Além disso, o Município de Monte Mor vem efetuando os depósitos correspondentes aos valores das parcelas do Termo de Compromisso e do correspondente mensal ao 1% da RCL, relativos ao mês de setembro/2019, evidenciando regularidade no compromisso com precatórios". Em amparo a seu entendimento quanto ao possível relevamento da falha, cita julgados desta Corte abrigados nos eTCs-2415/026/15, 2226/026/15, 383/989/16, 6675/989/16 e 4536/98918.

Quanto à inadimplência dos encargos alega que "(...) efetivou os acordos de parcelamentos previdenciários referentes ao Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, e com o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, conforme comprova a documentação anexa. Destaque-se que esse Egrégio Tribunal Bandeirante através de sua Secretaria Diretoria Geral (SDG) expediu Nota Técnica de nº 135/17, de 17/05/2017, subscrita pelo Eminentíssimo Secretário-Diretor Geral, Dr. Sérgio Ciqueira Rossi, instruindo os r. Órgãos Técnicos dessa Colenda Corte de Contas, a não mais formularem seus pareceres no sentido de que o parcelamento de dívida referente aos encargos sociais seja causa determinante para reprovação das contas anuais, até mesmo pela entrada em vigor da Medida Provisória de nº 778, de 16 de maio de 2017, convertida na Lei Federal 13.485/2017. (...) Desta forma, verifica-se que todos os valores apontados pela r. Fiscalização foram objeto de parcelamento e fora concedido ao Município o direito a obtenção da competente CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP que segue anexada".

Sobre o endividamento justifica que "(...) o aumento da dívida de curto prazo se deu por aumento de despesas obrigatórias, que não podem ser adiadas; já a dívida de longo prazo está atrelada a contratos de financiamento e parcelamento que vêm sendo honrados religiosamente por esta Gestão. Considerando todo o exposto, ao analisarmos a despesa realizada pelo Município resta claro o esforço da Municipalidade em contingenciar as despesas administrativas e até mesmo de investimentos, priorizando o atendimento direto da população, em áreas e serviços essenciais, como saúde, coleta de lixo, limpeza urbana e as atividades de segurança pública, cujos serviços foram crescentes nos últimos anos".

No tocante aos resultados orçamentário e financeiro afirma que "(...) ainda que não tenha ocorrida a realização das receitas estimadas no decorrer do exercício, o Município realizou todos os esforços em reduzir suas despesas, entretanto, o fez no limite de não prejudicar e comprometer a primordial obrigação e a própria essência das funções públicas, o atendimento à população. (...) mister salientar que os



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

*recursos decorrentes de outras esferas - estadual e federal, tanto de transferências correntes e de capital, que constituem grande percentual da receita global municipal, que não tiveram recuperação até 2018, inquestionavelmente, impactou a execução financeira, cujo fator está além da alçada do administrador municipal. Registre-se que o resultado financeiro, resultado da execução de 2018 visou redução de despesas, mas prezou pela manutenção do atendimento e, ainda, pela melhoria da qualidade dos serviços públicos, sempre em busca de atendimento aos objetivos básicos do Estado fixados pela Constituição Federal". Em arremate cita julgados desta Corte quanto a seu entendimento da "(...) nova interpretação adotada por essa Egrégia Corte de Contas acerca do déficit orçamentário. Em sessão do Tribunal Pleno dessa Corte, ocorrida no dia 05/12/2018, 2 (duas) foram as decisões favoráveis à aprovação das contas de Municípios que detinham déficits financeiros superiores a 30 (trinta) dias da RCL".*

Pois bem. Não obstante a argumentação apresentada, quanto aos resultados orçamentário/financeiro e iliquidez, o fato é que não são suficientes para a reversão do quadro deficitário apurado, cujo saldo financeiro negativo se situou muito além da margem limítrofe tolerada por esta Casa, conforme já obtemperado, se limitando a peça recursal a apenas pleitear o relevamento do quadro deficitário com base em julgados desta Corte. Contudo, a citação de outros julgados, a meu ver, deve ser considerada com cuidado, tendo em vista os inúmeros aspectos que permeiam a análise de cada conta Municipal, bem como a especificidade de cada Município conjugada com a trajetória da gestão dos respectivos recursos públicos.

A propósito, necessário recordar que a trajetória negativa das contas em apreço vem se repetindo a pelo menos a cinco exercícios, o que configura possível inércia da Administração. Ademais, considerando as inadimplências observadas no segmento de precatórios e encargos sociais, os resultados apurados seriam ainda piores se tais despesas fossem pagas como se impunha.

Nesse particular, em consulta ao relatório de fiscalização do exercício seguinte (evento 59 – eTC-4887.989.19-2), observo que os parcelamentos decorrentes das contribuições previdenciárias e precatórios (inadimplidos no exercício em apreço), foram fundamentais para expressiva elevação de 65,94% da dívida de longo prazo, o que demonstra a transferência de débitos para exercícios futuros. Aliás, verifico ainda, que novamente e a



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

demonstrar a recalcitrância dos procedimentos, também em 2019 o município não adimpliu a totalidade dos encargos sociais vinculados à parte patronal do RPPS, bem como não atendeu ao piso referente à alíquota dada pelo TJSP, para o pagamento de precatórios, culminando também nos referidos parcelamentos.

Diante dos fatos, em meu entendimento, os noticiados parcelamentos (precatórios e encargos), embora necessários para a correção do quadro de inadimplência, não afastam as impropriedades verificadas na inicial, especialmente no tocante ao princípio da anualidade a que se sujeitam as contas, nos termos dos artigos 165, III e § 2º e 167, I, ambos da Constituição Federal<sup>4</sup>, e artigos 2º e 34 da Lei Federal nº 4.320/64<sup>5</sup>.

Aliás, especificamente sobre o parcelamento dos encargos, embora a Origem se atenha a Nota Técnica nº 135 da SDG, a qual faz alusão a Medida Provisória de nº 778/2017, convertida na Lei Federal nº 13.485/2017, ressalto que para a análise do caso em apreço deva ser considerada a Portaria nº 333/2017, tendo em mira que aqui se trata de inadimplência junto ao RPPS e não ao RGPS. Sendo assim, e considerando o período elástico de inadimplência observado, que culminou na realização do referido parcelamento, e sem adentrar nos aspectos jurídicos da matéria, combinado com as hipóteses de relevamento aceitas por esta Casa, em verdade a condicionante consubstanciada no art. 5º-A<sup>6</sup> da Portaria nº 333/2017, não foi atendida, tendo em vista que o período correspondente ao

<sup>4</sup> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

[...]

III - os orçamentos anuais.

[...]

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

[...]

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

<sup>5</sup> Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

[...]

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

<sup>6</sup> "Art. 5º-A Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, mediante lei autorizativa específica, firmar termo de acordo de parcelamento, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo, de contribuições descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, **relativos a competências até março de 2017.**" Destaquei.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

parcelamento (2018) se encontra fora do limite temporal estabelecido na norma (até março/2017).

Ante todo o exposto, opino pelo **NÃO PROVIMENTO** do Pedido de Reexame interposto.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, 20 de janeiro de 2021.

DANIEL LUIZ PEREIRA RIBEIRO

Assessoria Técnica